

O PSE - Programa Saúde na Escola na região sul do município de São Paulo/SP: entre o legal e o real

The SHP - School Health Programme in the south region of the city of São Paulo, capital of the state of São Paulo: between law and reality

PSE - Programa de Salud en la Escuela en la región sur de la ciudad de São Paulo/SP: entre la legalidad y la realidad



Marco Aurélio Paganella

Centro Universitário Ítalo Brasileiro, São Paulo, São Paulo, Brasil
e-mail: marcoapaganella@lwmail.com.br



Silvia Cristina Franco Amaral

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil
e-mail: scfa@fef.unicamp.br

Resumo: O objetivo do estudo é compreender como o Programa Saúde na Escola (PSE), no que diz respeito à Educação Física, é executado (mundo do ser/real) nas escolas municipais da região sul da capital paulista, a partir das suas diretrizes jurídico-institucionais (mundo do dever-ser). Para tanto, realizou-se entrevistas semiestruturadas com professores de Educação Física, um representando a equipe docente, e com coordenadores pedagógicos ou diretores, um representando a gestão da unidade. Os dados foram analisados no sentido de correlacionar as orientações do PSE com o que efetivamente ocorre na prática cotidiana. Constatou-se que, por um lado, o município aderiu ao programa, mas, por outro, os

agentes pesquisados não receberam (in)formações, de forma que o PSE não foi implantado na região estudada, havendo, assim, um hiato entre a formulação e a execução desta política pública.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação em Saúde; Escolas; Avaliação de Programas e Projetos de Saúde.

Abstract: The study's object is to understand how the School Health Program (SHP), in terms of Physical Education, is implemented (what is) in municipal schools in the southern region of São Paulo city, according to its institutional guidelines (what ought to be). For that purpose, structured interviews were conducted with physical education teachers representing the staff, as well as school coordinators and/or directors, representing the administration of the unit. The data was analyzed with the object of drawing correlations between the SHP guidelines and what effectively occurs in everyday practice. It was found that although the city did adhere to the program, the individuals who were interviewed did not receive information about it, meaning the SHP was not introduced to the studied region, therefore resulting in a hiatus between the formulation and proper execution of this public policy.

Keywords: Public Policies; Health in Education; Schools; Programs and Health Projects Evaluation.

Resumen: El objetivo del estudio es comprender cómo el Programa Salud en la Escuela (PSE), en materia de educación física, es ejecutado (mundo del ser/real) en las escuelas municipales de la región sur de la capital paulista, a partir de sus directrices legales institucionales (mundo del deber/ser). Para eso, se realizaron entrevistas semiestructuradas con Profesores de Educación Física, uno en representación del equipo Docente, y con Coordinadores o Directores Pedagógicos, uno en representación de la dirección de la Unidad. Los datos fueron analizados con el fin de correlacionar las orientaciones del PSE con lo que realmente sucede en la práctica diaria. Se constató que, por un lado, el Municipio se adhirió al programa, pero, por otro lado, los agentes encuestados no recibieron

informaciones, por lo que el PSE no fue implementado en la región estudiada, teniendo así una brecha entre la formulación y ejecución de esta política pública.

Palabras clave: Políticas Públicas; Educación para la salud; Escuelas; Evaluación de Programas y Proyectos de Salud.

Submetido em: 2021-11-20

Aceito em: 2022-05-18

Introdução

O Programa Saúde na Escola (PSE)¹ foi instituído pelo Poder Executivo Federal, por meio do Decreto nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007, decretado pelo presidente da República e publicado em 06.12.2007. O PSE é uma articulação jurídico-institucional interfederativa e intersetorial das redes públicas de saúde e educação para o desenvolvimento de ações que implicam não apenas em ofertas de serviços no mesmo território, mas também configuram um trabalho desenvolvido no âmbito da Política Nacional de Promoção de Saúde (PNPS) de 2006, 2014 e 2017, entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) do Estado brasileiro, visando propiciar a sustentabilidade das ações a partir da conformação de redes de corresponsabilidade (BRASIL, 2006; BRASIL, 2007; BRASIL, 2014; BRASIL, 2017).

O PSE está registrado entre os Programas da Saúde Escolar da Secretaria de Educação da capital de São Paulo (SME/SP), a qual também o apresenta como uma política intersetorial dos Ministérios da Educação e da Saúde instituída no sentido de unir as políticas de educação e saúde voltadas a crianças, adolescentes, jovens e adultos da Educação pública brasileira. Tal iniciativa possui intuito de promover o desenvolvimento pleno desse público, justificando que a escola é um espaço privilegiado para práticas de promoção de saúde e prevenção de doenças e/ou agravos, e que a articulação entre escola e unidade de saúde é uma importante demanda (SÃO PAULO, SME/COCEU/DIGP, 2019).

Para contextualizar, além do PSE, a Saúde Escolar/SME/SP também desenvolve outros programas, como, por exemplo, o #TAMOJUNTO (prevenção do uso de álcool e drogas), JOGO ELOS (interação efetiva dos setores educação/saúde na busca pela resolução dos problemas nas salas de aula), CAMPANHAS DE IMUNIZAÇÃO (vacinação geral e, mais especificamente, contra o HPV), "CRIANÇA SEGURA" (Política de prevenção de acidentes) (SÃO PAULO, SME/COCEU/DIGP, 2019).

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

Tal como o PSE, nota-se que os programas acima citados são externos à estrutura curricular e que procuram, nas suas respectivas possibilidades, tratar de assuntos ligados à saúde no espaço escolar de modo extensivo às diretrizes curriculares. A partir dessa constatação, o problema de pesquisa que se apresenta é avaliar e compreender o que efetivamente ocorre (mundo do ser) na realidade das escolas municipais da região sul da capital paulista ao se comparar com o que preconizam as diretrizes jurídico-institucionais (mundo do dever-ser) do PSE no que diz respeito à Educação Física.

O município de São Paulo, segundo a SME/COCEU/DIGP/SP (Coordenadoria da Secretaria Municipal de Educação da capital paulista, Coordenadoria do Centro de Educação Unificado, Educação Integral, Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais), optou por aderir ao PSE porque seus dirigentes entenderam como válido e alinhado o seu escopo à progressiva ampliação intersetorial das ações executadas pelos sistemas de saúde e educação, incluindo, à evidência, as ações correlacionadas à Educação Física (SÃO PAULO, SME/COCEU/DIGP, 2019).

A Coordenadoria relatou, em sua entrevista, que, após avaliar a proposta do PSE, entendeu que a intenção em fortalecer a rede de proteção ao aluno pela aproximação entre os serviços de atenção integral à saúde de crianças e adolescentes, especialmente as que estão em áreas de vulnerabilidade econômica e social, seria uma vantagem significativa para os seus municípios. Assim, a adesão da capital paulista se concretizou em 2013, a partir de quando as Secretarias de Saúde e Educação do Município de São Paulo passaram a desenvolver ações do PSE integrada e articuladamente (BRASIL, MS, 2013; SÃO PAULO, SME/COCEU/DIGP, 2019).

Os gestores municipais paulistanos compreenderam que, a partir de um melhor fluxo de comunicação entre escolas e unidades de saúde, os alunos da capital paulista seriam beneficiados por uma possibilidade considerável de resolutividade dos problemas, justamente a partir das ações, incluindo a Educação Física, de atenção e cuidado das condições de saúde dos estudantes da

rede municipal. Em breve retrospectiva da implantação do PSE, a Coordenadoria assim registrou:

2013 - Município fez adesão pela Portaria 2.608-31/10/2013.

2014 - passos:

1 - criação dos grupos condutores multiprofissionais compostos por Representantes de Saúde/Educação e seus interlocutores nos territórios.

2 - definição das atribuições de cada esfera de atuação.

3 - planejamento conjunto das ações/trabalho do Programa.

4 - sensibilização/envolvimento dos profissionais da Educação e Saúde acerca do Programa.

5 - estudo conjunto do território entre os servidores das Unidades Educacionais e das UBS, para apropriação da realidade local e inserção nas ações do PSE.

2015- elaboração e lançamento do Documento Norteador, com ajustes de acordo com as demandas do território (SÃO PAULO, SME/COCEU/DIGP, 2019).

Na sequência, a Coordenadoria informou que, em 2016, o trabalho foi mantido, mas, sem grandes avanços e progressos, por conta dos problemas econômicos e políticos no plano federal, e também por ser ano de pleito eleitoral ao Executivo e Legislativo municipais, quando os investimentos praticamente ficam todos sobrestados. Tanto no biênio 2017/18 quanto no primeiro semestre de 2019, marco final temporal dessa pesquisa, segundo relatado pela Coordenadoria, as ações do PSE tiveram continuidade no município de São Paulo/SP.

Sendo assim, após as considerações iniciais, a partir das diretrizes jurídico-institucionais do PSE (mundo do dever-ser), e a partir da hipótese de que, se o Município de São Paulo/SP aderiu ao Programa, então isso quer dizer que às escolas ele chegou e foi implementado, o objetivo desse estudo é o de compreender como é a execução do PSE (mundo do ser/real) nas escolas municipais

da região sul da capital paulista no que diz respeito à Educação Física. Ou seja, vale frisar que o presente estudo visa comparar o que efetivamente ocorre (mundo do ser) na realidade das escolas municipais da região sul da capital paulista com o que preconizam as diretrizes jurídico-institucionais (mundo do dever-ser) do PSE na parte que se refere à Educação Física.

Metodologia

No intuito de solucionar o problema de pesquisa e atingir o objetivo proposto, foram feitas entrevistas semiestruturadas com professores de Educação Física, um deles a representar os colegas e o trabalho docente empreendido na respectiva escola, indicados pela letra "P", com numeração não sequencial, e com coordenadores pedagógicos ou diretores, um deles a representar a gestão da escola, expressos pela letra "C" ou "D", também com numeração não sequencial, com o fito de garantir o sigilo.

Reiterando, os sujeitos da pesquisa, ou grupo de estudo, como preconizam Minayo, Deslandes, Gomes (2012), foram um professor de Educação Física e um membro da gestão de cada escola pesquisada (coordenador pedagógico ou diretor), este representando a administração da escola e aquele a representar os docentes e o trabalho propriamente dito na respectiva unidade escolar estudada.

Portanto, foram 24 (vinte e quatro) entrevistas semiestruturadas no total, sendo 12 (doze) com professores de Educação Física representando a docência (após a nossa solicitação, as equipes docentes da área de Educação Física de cada escola se reuniram e indicaram quem responderia em nome dos professores de Educação Física da escola), e mais 12 (doze) entrevistas semiestruturadas no total com os representantes da gestão/administração da respectiva escola (após a solicitação, o diretor optava ou por ele mesmo participar ou se designava o coordenador pedagógico para tanto).

Foram 14 (quatorze) indagações, divididas em subitens que somam 28 (vinte e oito) perguntas no total, havendo nas questões

uma divisão por aderência, com uma parte justamente destinada aos diretores ou aos coordenadores pedagógicos, como explicado acima, e outra parte aos professores de Educação Física, além de uma parte das indagações comum às duas categorias (docência e gestão) (Parecer CEP UNICAMP CAAE nº 99830818.2.0000.5404 - 23.11.2018).

A escolha territorial recaiu na capital paulista pela grande representatividade nacional, social, política e econômica. A Secretaria Municipal de Educação (SME/SP) foi a primeira a ser consultada via COCEU - Coordenadoria do CEU - Centro de Educação Unificado, da Educação Integral, da DIGP - Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais - Saúde Escolar, Ano-base 2018. Pela enorme dimensão, pois densamente povoada e pelo elevado número de escolas a dar guarida a uma boa amostra representativa, a zona Sul da capital paulista foi a escolhida. E, como são 13 (treze) Diretorias Regionais de Educação (DRE), a pesquisa se deu em 12 (doze) escolas da jurisdição DRE 2 - Campo Limpo, do Município de São Paulo/SP (SÃO PAULO, SME/SP, 2018).

O marco inicial foi a entrada em vigor do Decreto nº 6.286 em 05/12/2007, que instituiu o PSE, seguido pelo marco temporal intermediário de 31.10.2013, quando a capital paulista aderiu ao PSE, e pelo marco final ocorrido em 30.06.2019, fim do 1º semestre, com a conclusão da ida a campo nas 12 escolas indicadas, a fim de avaliar a efetiva execução do PSE no ciclo 2017/2018 em justaposição às suas diretrizes jurídico-institucionais na parte que se refere à Educação Física (BRASIL, MS, 2017).

À interpretação dos dados obtidos, a técnica utilizada foi a análise de conteúdo descritivo-interpretativa qualitativa. (BARDIN, 1977; MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2012; MINAYO, 2012; MINAYO, 2015; MINAYO, 2017).

O PSE no que diz respeito à Educação Física nas Escolas Municipais da Região Sul do Município de São Paulo/SP

Acerca da participação da escola na efetiva execução do PSE no que tange à Educação Física em relação ao que dispõem as

diretrizes jurídico-institucionais, um gestor e um professor responderam que:

D.1. Muito embora o acompanhamento da saúde do nosso aluno no interior da escola seja pauta constante, por tratarmos e considerarmos a integralidade dos sujeitos que compõe a educação - fator determinante do sucesso e da qualidade do trabalho promovido aqui - **confesso que a sigla PSE e toda a abrangência deste Programa, inclusive a Legislação vigente, conheci agora, com a visita** do pesquisador (...) à minha Unidade Escolar.

P.1. **De imediato informo que jamais recebi qualquer orientação e nem se encontra presente nos documentos norteadores do currículo qualquer articulação com o PSE.** Contudo, em alguns momentos são tematizadas manifestações da cultura corporal ligadas à saúde, mas sem o intuito de atuar diretamente na melhoria da saúde dos estudantes, seja por parte de exercícios ou algo do gênero.

D.2. Aqui, nesta Unidade Escolar, contamos com a atuação de 4 professores de Ed. Física, que trabalham da mesma forma que qualquer outro professor, sempre se relacionando com sua área de atividades basicamente, são bastante ativos e articulados com outras áreas e cumprem os planejamentos produzidos em conjunto e contidos no currículo e PPP da escola, **contudo, em seus planejamentos e ações não há descritivos relacionados diretamente ao PSE.** (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019, grifos nossos).

O PSE, portanto, para eles, não é conhecido, mas, tão logo suas diretrizes foram apresentadas, quase que imediatamente, o Programa passou a 'ser conhecido', dado que, conforme alude um diretor numa das respostas, na prática, "D.1 a sua articulação é feita através do PPP - Projeto Político Pedagógico, baseado no currículo municipal e atualmente a BNCC - Base Nacional Comum Curricular, construindo um plano de metas anual baseado nas características

da Escola, onde o Professor também tem o planejamento semestral e o semanário” (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

Como claramente é possível observar nas respostas, os gestores e professores, por um lado, não conhecem o Programa Saúde na Escola, mas, por outro, notam que existe um diálogo, mesmo que indireto, entre o desconhecido PSE e o PPP da escola, o Currículo do Município de São Paulo e também a BNCC.

Essa constatação inicial começou a ganhar corpo a partir da análise das respostas de outros dois diretores e de um professor, segundo os quais: “D.1. a Educação Física não se articula ou participa do PSE, há, porém, no Currículo do Município de SP, direitos de aprendizagem que dialogam com os objetivos do PSE”; “D.2. o PSE não faz parte do PPP da escola de forma direta, todavia, ele dialoga com alguns direitos de aprendizagem, mas de forma discreta”; “P.1. não há qualquer orientação para um trabalho articulado entre projeto pedagógico, o currículo e as diretrizes do PSE em se tratando do componente Ed. Física” (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

No mesmo sentido, um docente, ao registrar que não conhece o PSE, relata que, no trabalho que ele normalmente desenvolve, “P.1. a ideia é possibilitar investigações de forma crítica sobre como manifestações da cultura corporal ligadas à saúde influenciam na vida em sociedade, bem como a própria ideia de saúde e como ela pode variar conforme o grupo cultural que a apresenta.” Assim, em suas aulas de Educação Física, faz com que os alunos reflitam sobre o tema, tal como prescreve e preconiza o PSE nesta parte (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

Outro professor, que não conhece o PSE, explica que o seu trabalho com “P.1. práticas corporais e a atividade física se dá por meio de proporcionar experiências aos estudantes, buscando ser o mais próximo possível de como elas ocorrem na sociedade”, entendendo que acaba por haver uma aproximação entre o PSE e o Currículo, o PPP e a BNCC, mesmo, vale repetir, desconhecendo o PSE até então (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

Outro docente enfatiza que não conhece o PSE, mas descreve que, “P.1. durante as aulas, converso com os alunos sobre a promoção e a proteção à saúde, assim como a prática de exercícios físicos e seus benefícios”, que são “uma boa alternativa para a prática esportiva ao ar livre, e nos próximos bimestres estaremos mapeando a região buscando locais onde se pode praticar atividade física gratuitamente e também locais como academias”, iniciativa que tem a convicção de êxito (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

Um diretor, que também é professor de Educação Física, não conhece o PSE, mas, no trabalho na unidade, anota que “D.1. utilizamos jogos, brincadeiras, e atividades pré-desportivas da cultura regional e de outros países, visando a maior abrangência da integração e de suas possibilidades rítmicas e expressivas num contexto atual.” Com sua equipe, criaram uma quadra de minigolfe com PVCs e outros materiais recicláveis, adaptaram cestas para que cadeirantes jogassem basquete, e conduzem um exemplar trabalho de cooperação com uma horta no terreno da escola, com os produtos usados na merenda e doados a moradores da região (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

Analisando os relatos, com base em Figueiredo, Machado e Abreu (2010, p. 399), e mesmo claramente não havendo um diálogo direto entre PSE e escola, como se supunha que deveria haver a partir da adesão do Município ao Programa em 2013, pode-se cogitar que o trabalho pedagógico apropriado tem “possibilidade de avançar e ampliar a sua concepção e práticas com uma visão integral e interdisciplinar do ser humano, dentro de um contexto comunitário, ambiental e político mais amplo.”

O trabalho nesse viés, recomendado tanto pelo PSE quanto pelas diretrizes curriculares do Município, pelo PPP da escola e pela BNCC, e mesmo sem comunicação direta entre eles, segundo os autores, pode ter êxito, sobretudo porque há componentes relevantes correlacionados: “1) Educação para a saúde com enfoque integral, incluindo o desenvolvimento de habilidades para a vida; 2) Criação e manutenção de ambientes físicos e psicossociais sau-

dáveis; e 3) Oferta de serviços de saúde, alimentação saudável e vida ativa” (FIGUEIREDO, MACHADO E ABREU, 2010, p. 399).

Cavalcanti, Paiva Neto, Rech (2021, p. 19) corroboram e ratificam a relevância da Educação Física e do professor de Educação Física na interrelação saúde-educação, esteja ele inserido, ou não, no PSE, sobretudo porque ele “apresenta possibilidade de exercer os conhecimentos da sua área para então contribuir com a Promoção de Saúde no ambiente escolar, tornando a saúde um tema da escola e não para a escola”.

Um professor, que não conhece o PSE, mas que também logo com ele se identificou pelo mencionado diálogo indireto (Currículo municipal, PPP, BNCC e o próprio PSE), relatou que, num determinado período, em torno de um mês, propõe aos alunos do Fundamental II a construção de uma academia com materiais recicláveis, sucatas etc. Para tanto, tais alunos são orientados a pesquisar nos livros, revistas, similares e até mesmo a irem pessoalmente ver os principais aparelhos e dialogar com os professores. Feito isso, é conduzida uma nova pesquisa para que descubram o uso correto, grupos musculares exigidos, posturas e movimentos corretos, prós e contras do excesso e/ou do mau uso, entre outras situações que se afinam com a boa Educação Física (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

Nessa sincronia, um professor e um diretor também informam que não conhecem o PSE, mas ressaltam que o trabalho se dá “P.1. através dos jogos, brincadeiras, atividades rítmicas, jogos pré-desportivos”. E que os conteúdos propostos “D.1. possuem objetivos voltados à importância do movimento da cultura corporal e da construção de práticas que transformem a realidade do indivíduo e de onde ele mora, levando conhecimento que seja assimilado e ressignificado pela comunidade, trazendo consciência de cidadania e cuidados com a saúde e meio ambiente” (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

Silva (2014, p. 39) ratifica o trabalho nesse viés, manifestando que a promoção à saúde “é um tema que deve ser aplicado

transversalmente no currículo escolar e deve ser abordado pelos educadores dentro do conteúdo programático das disciplinas escolares”, de forma que “as ações podem ser aplicadas dentro e fora das salas de aula, com práticas diferenciadas”. Isto porque,

o ambiente escolar deve ser protetor para as escolhas saudáveis, garantindo em seu espaço a promoção da saúde principalmente pela oferta de alimentação saudável e práticas corporais adequadas e interessantes para os escolares (SILVA, 2014, p.39).

Ocorre que, neste caso, pode-se cogitar que não seria necessário o PSE ou outro similar, eis que, pelas respostas, o Programa já é trabalhado de ‘dentro para fora’, então, não precisaria de algo ‘de fora para dentro’ para repetir o que já existe. Um docente corrobora essa inferência, quando reporta que “P.1. o trabalho é feito através de eixos temáticos relacionados à cultura corporal do movimento: jogos, brincadeiras, ginástica, esportes, danças e lutas”, de forma que, “o objetivo proposto pelo PSE é atingido por consequência desta prática e sua participação é indireta” (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

Um diretor, mesmo desconhecendo o Programa, alude que “D.1. o PSE influencia no desenvolvimento desse currículo, com as aulas diferenciadas”, e, que, assim, se executa “um trabalho de desenvolvimento psicomotor com ênfase nos eixos norteadores do currículo (danças, esportes, jogos, lutas, atividades de aventura)”. Outro professor, que não o conhece, também diz que “P.1. faz uso da estratégia de trabalhar através de conteúdos práticos e teóricos debatendo e refletindo sobre temas, como obesidade, sedentarismo, benefícios da atividade física para o corpo humano, etc”. Desta forma, “os alunos, além de realizarem exercícios físicos dentro dos movimentos da cultura corporal, participam de debates, seminários, pesquisas e trabalhos” (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

Um diretor descreve que “D.1. atuamos em conjunto através da conscientização e participação dos alunos em aulas diferencia-

das, estimulando uma vivência maior em atividades físicas voltadas às questões de uma vida saudável”. E um professor registra que o trabalho dele se desenvolve “P.1. por meio de vivências, estudos e análises críticas das variadas manifestações da cultura corporal e promoção da saúde”, nas quais “os alunos atuam apresentando suas experiências, dúvidas e críticas em relação ao tema estudado, bem como propondo mudanças na prática que favorecem seu grupo”. E ambos não conheciam o PSE (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

Um professor, que não conhecia o PSE, respondeu que

P.1. todas as atividades desenvolvidas nas aulas têm um pensar num conjunto entre a saúde, cultura e as práticas corporais, cito, saúde: pelo fato do movimentar intencional, na área cultural valorizamos as ideias e discutimos os comportamentos, símbolos e práticas sociais (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

Neste senso, outro docente anotou que, “P.2. além dos temas abordados em aula, muito se conversa com os alunos sobre a vida, sobre a importância do autocuidado, da saúde, da cultura de se conhecer e de se amar”, o que mostra um elevado grau de sensibilidade no trato humano (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

De outra parte, um dos diretores entrevistados conhece o PSE, mas, mesmo confessando que ele não é executado em sua unidade escolar na capital paulista, associa suas diretrizes ao trabalho empreendido na escola que dirige, na medida em que, segundo ele,

D.1. Temos uma participação muito efetiva por parte dos alunos nas aulas de educação física em nossa Unidade. **As atividades corporais são trabalhadas nas diversas modalidades de esportes que trabalham no decorrer do ano letivo, além das práticas de recreio dirigido, com jogos de tabuleiro e tênis de mesa que ficam sempre à disposição dos alunos, além de brincadeiras dirigidas: pular corda, elástico, bolas para as diferentes**

brincadeiras das crianças. A participação dos estudantes é de 100% pois a Educação Física é uma aula muito bem aceita na rede (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019, grifos nossos).

Um professor respondeu que conhece o PSE, e, assim como o diretor acima mencionado, mesmo reconhecendo que não é executado na sua unidade escolar, associa as diretrizes do PSE ao trabalho que ele desenvolve nas suas aulas de Educação Física:

P.1. Os jogos, esportes, lutas, danças, atividades rítmicas e expressivas são temas das aulas regulares de Educação Física Escolar, assim como o conhecimento sobre o corpo. Estas práticas corporais são abordadas diariamente nas aulas, de modo sistematizado e organizado. Os alunos são levados a se exercitar, através de brincadeiras, jogos e exercícios propriamente ditos (corridas, saltos, giros, alongamento, abdominais, flexões, dentre outros). Realizamos provas e campeonatos para estimular e incentivar a prática de atividades físicas. **Os alunos participam ativamente das aulas, dando sugestões, indicando outras formas de brincar, de jogar e de se exercitar** (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019, grifos nossos).

Um professor de outra unidade escolar informou que conhece o PSE, e até mesmo citou que ele é executado na sua unidade, só que em outra área (saúde ocular):

P.1. **As práticas corporais e a atividade física são tratadas baseada no Currículo da Cidade de São Paulo, em que abordamos jogos e brincadeiras, ginástica, danças, lutas, esportes de aventura e esportes. Com os anos que leciono, ao abordar ginástica, por exemplo, trabalharei as ginásticas de condicionamento físico e de conscientização corporal, juntamente com o padrão de beleza imposto pela sociedade, a questão da bulimia, anorexia e vigorexia.** Foi tratado com os

alunos as capacidades físicas e os benefícios da prática de atividade físicas ao ar livre ao trabalhar os parques de São Paulo. **No último conselho de classe, foi levantado a possibilidade de exame de visão com os alunos pelo programa PSE** (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019, grifo nosso).

A escola é um relevante ambiente de ações de políticas que irão refletir, mesmo que a longo prazo, em ações preventivas, sendo, pois, fundamentais as estratégias de educação e saúde que venham a incidir na prevenção dos agravos, além do direcionamento aos respectivos e competentes setores dos casos que necessitam de cuidados especiais. Até porque, como anotam Christmann e Pavão (2015, p. 217), “a escola, por ser um local onde a aprendizagem se materializa para o aprendente, tem por função desenvolver o pensamento crítico que atente para os cuidados com a saúde”, ou seja, como “cuidar da saúde requer desenvolver ambientes favoráveis e que, para tanto, é necessária uma educação que preveja a crítica e desenvolva uma possível solução”, então, pode-se inferir que associar educação e saúde se trata de um exercício permanente que deve ser oferecido pela escola.

Segundo Neira (2017), os professores de Ed. Física devem sempre empregar uma consistente fundamentação ao que dizem e ao que ensinam, bem como devem promover e consolidar uma representação pedagógica e formativa da área por meio da construção de uma prática que compreenda as aulas de Ed. Física como ambiente de aprendizagens sobre as manifestações da cultura corporal². Ou seja, sempre se deve conferir seriedade ao trabalho no sentido de se aprender a respeitar e conviver com as diferentes corporeidades presentes na sociedade. Desse modo, a apreciação das atividades e uma participação animada dos alunos são desejáveis, mas não os objetivos e as finalidades primordiais, que devem ser, justamente, a busca pela integralidade do ser humano, inclusive no que diz respeito à saúde.

² Tendo em vista a enorme frequência com que esse termo apareceu na pesquisa, e porque se trata de um tema que merece especial e aprofundada atenção, optamos por produzir e em breve submeter à apreciação um estudo à parte acerca dos conceitos, semelhanças e diferenças, das expressões de cultura corporal, cultura de movimento e cultura corporal de movimento.

Carvalho (2012), pautada na obra de Freire (1967; 2005), diz que este caminho se constitui num referencial contemporâneo a ser seguido de maneira inescusável, devendo sempre estar presente a reflexão sobre a inserção da promoção da saúde na prática pedagógica escolar pautada na conscientização pela aprendizagem consistente, pela discussão inteligente e pelo pensamento instigante, contextualizado e dialético.

Neste sentido, avaliando as respostas dos entrevistados, nota-se, claramente, que o PSE e as diretrizes curriculares, mesmo estando no mesmo sentido e direção, não conversam diretamente entre si, mas, paradoxalmente, acabam por mútua e indiretamente dialogarem. De qualquer forma, mesmo com esse diálogo, digamos, truncado, os entrevistados deixam transparecer um claro entendimento por uma inequívoca valorização da Educação Física e do seu próprio ofício docente, na medida em que:

P.1. O Professor de Educação Física Escolar tem um importante papel na formação humana e acadêmica do educando. Em consonância com os princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico da unidade, o Professor de Educação Física pauta seu trabalho nas vivências dos educandos nos eixos de conhecimento do componente curricular, citamos as Lutas, Jogos, Danças, Esportes, Brincadeiras, Atividades Rítmicas e Expressivas e Conhecimento sobre o corpo. Através da vivência, experimentação, criação e produção, o aluno desenvolve-se como sujeito crítico, reflexivo, atuante, cuidando da sua saúde e de todos os aspectos relacionados a ela. O cuidado com o corpo ocorre de maneira preventiva, ou seja, através da prática de atividades físicas regulares e sistematizadas, o aluno previne doenças, mantém-se ativo fisicamente. Além destes benefícios, a prática de atividades físicas nas aulas de Educação Física tem o objetivo de incentivar uma vida saudável além dos muros escolares, para toda a vida do educando.

P.2. Através da vivência, experimentação, criação e produção, o aluno desenvolve-se como sujeito crítico, reflexivo, atuante,

cuidando da sua saúde e de todos os aspectos relacionados a ela (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

Nas suas orientações gerais sobre a promoção de práticas corporais, atividade física e lazer, os Ministérios da Saúde e Educação reportam que “esta ação do PSE é uma das mais clássicas no espaço escolar e na formação dos educandos. Desde as aulas de Educação Física, previstas no currículo, ao recreio, a escola se afirma como um espaço para fomentar a atividade física, ensinar as práticas corporais e discutir o direito ao lazer” (BRASIL, MS/MEC/PSE, 2019, p. 01).

Nessa direção, esse documento dos Ministérios da Saúde e Educação realça que,

a ‘Promoção de práticas corporais, atividade física e do lazer’ no PSE é construída por termos que não são sinônimos e precisam ser entendidos para serem construídos como proposta para a escola e para o trabalho dos profissionais de saúde. As práticas corporais, que cada dia mais aparecem na literatura científica relacionadas à saúde, são as práticas historicamente desenvolvidas e sistematizadas pela humanidade. São aquelas que possuem sentido e significados históricos e que conferem identidade a povos, culturas e países ao longo desse tempo. São os jogos, a dança, a ginástica, as lutas, o esporte, incluindo o de aventura, e as práticas orientais, como Tai chi chuan, Lian Gong, Yoga, etc. São abordadas e desenvolvidas como conteúdo das aulas de Educação Física escolar.

A atividade física, em sua definição mais usual, é qualquer movimento corporal que produza gasto de energia acima dos níveis de repouso. Correr, caminhar, lavar um carro, subir escadas, jogar bola são exemplos de atividade física.

Já o lazer caracteriza-se por concentrar dimensões sociais e culturais. É o ‘fazer o que gosta’, sem obrigação de fazê-lo. Para discutir lazer é importante levar em conta autonomia e condições

de escolha, tempo livre ou liberado das obrigações – trabalho, tarefas domésticas, por exemplo - e o prazer. Pode ser uma prática despretensiosa, assim como pode ter um forte componente educativo (BRASIL, MS/MEC/PSE, 2019, p. 01).

Segundo o documento, o PSE é um grande incentivador destas ações, quando propõe a ampliação das vivências e o aumento do contato com o tema e sua prática, lançando, assim, dois olhares complementares: “a formação em si, proporcionada pela abordagem sistemática e sintonizada com o Projeto Político Pedagógico da escola”; e “a promoção da saúde, voltada a problematizar os Determinantes Sociais da Saúde e os modos de vida, além de contextualizar as Doenças Crônicas Não Transmissíveis e os fatores de risco no processo de construção das saúdes individual e coletiva” (BRASIL, MS/MEC/PSE, 2019, p. 02).

De qualquer modo, as respostas sempre acabam por ratificar um trabalho paralelo sem mútua e direta comunicação nas unidades escolares estudadas, confirmando, assim, que há um hiato entre as diretrizes jurídico-institucionais do PSE (mundo do dever-ser) e o que ocorre na prática cotidiana (mundo do ser) das escolas pesquisadas de importante município brasileiro que desde 2013 ao PSE aderiu:

D.1. Na medida do possível, a escola provê os devidos materiais para a prática de diferentes ações esportivas, que visam à melhoria constante da saúde física e mental de nosso aluno, porém, **se o professor de educação física trabalha na direção de colocar em prática conhecimentos obtidos em sua formação sobre o PSE de forma intencional, nunca houve uma dissertação específica em seus planejamentos sobre este tema e como gestores, não recebemos formação para trabalharmos as diferentes áreas do conhecimento de forma que não seja generalizada.**

P.1. **O PSE é um programa importante, porém pouco divulgado e conhecido na nossa região. O programa foi aderido por SME em 2013, mas não há formação para professores. A percepção que temos é que embora parte dos seus objetivos esteja sendo contemplados pelo Currículo da Cidade de São Paulo, no geral, ainda desconhecemos por completo este documento e a comunidade escolar também desconhece. Não há um documento diretamente relacionado à PSE, nem na bibliografia usada para construir o Currículo da Cidade de Ed. Física.**

D. 2. **Nunca recebemos visitas de equipes de saúde da família na escola.** Temos um contato estreito com o posto de saúde, que fica em nossa rua e que uma mãe de aluno de nossa escola trabalha neste posto, acredito que como enfermeira, então, não raro, têm ações conjuntas. A escovação acontece rotineiramente e aplicação de flúor, também ações de vacinação quando as campanhas que ocorrem no posto são de baixa adesão, de forma que o posto de saúde nos delega o trabalho de verificação das carteiras de vacinação, autorizações para a devida vacinação e até mesmo a vacinação em si de meninos e meninas acontece em nosso espaço, depois de devidamente autorizado pelos responsáveis.

D.3. **Respondo este questionário com a sensação de que embora trabalhe constantemente com o tema saúde na escola e tenha a preocupação constante com o desenvolvimento integral de nossos alunos, para mim e para toda a gestão desta EMEF, as siglas PSE e PNPS são novidades.** Assim sendo, também toda a legislação que as permeiam. Muito embora os profissionais de Educação Física trabalhem de forma muito satisfatória com nossos alunos, nunca nos trouxeram em seus planejamentos esta indicação ou indagação ou a necessidade de participação consciente no que se refere à saúde de nossos alunos (SÃO PAULO, SME/DRE CAMPO LIMPO, 2019).

Cavalcanti, Paiva Neto e Rech (2021), em importante revisão integrativa sobre o PSE e contribuições da Educação Física, concluíram que o Programa pode ser considerado como uma sólida estratégia para promoção da saúde no ambiente escolar, mas, todavia, desde que os atores envolvidos bem conheçam e se apropriem tanto dos termos do PSE como das necessidades do cenário escolar relacionadas à promoção da saúde. Também identificaram, assim como nós, a existência de fragilidades e limitações (hiatos) na apropriação da proposta do Programa, além da enorme dificuldade de articulação, operacionalização, integração intersetorial, avaliação e percepção, dos impactos do PSE no ambiente escolar, em especial na parte que concerne à Educação Física.

A revisão de Cavalcanti, Paiva Neto e Rech (2021) constatou que a assimilação dos papéis e das responsabilidades é pouco distinguida pelos sujeitos dos estudos avaliados, indicando, pois, a necessidade de um planejamento melhor e mais bem detalhado a fim de integrar o trabalho e produzir efeitos concretos no âmbito dessa importante política pública interfederal e intersetorial. Ratificando, foi constatado, por eles, um distanciamento temporal entre os documentos oficialmente instituídos e a criação de práticas que se viabilizem no espaço educativo, dissociação semelhante à que nós encontramos nessa nossa pesquisa no mundo do ser, o que significa dizer que, o Programa, por si só e sendo conhecido apenas pela via indireta, não é suficiente para o seu bom êxito.

Por fim, os autores aludem que o componente curricular da Educação Física é a ponte para tal aproximação, justamente o que praticamente todos os entrevistados no nosso estudo disseram quase que em uníssono (diálogo indireto entre o currículo municipal de São Paulo/SP, o PPP da escola, a BNCC e o próprio e desconhecido PSE), incentivando os alunos no ambiente escolar, desenvolvendo ações e estratégias que, através de conhecimento, leitura, orientação e informação, possam garantir práticas saudáveis no dia a dia de cada um deles (CAVALCANTI; PAIVA NETO; RECH, 2021).

Como consectário, a partir deste alinhamento com importantes estudos similares, e a partir de falas recorrentes nas entrevistas

tas, como a do professor logo acima (P.1.: O PSE é um programa importante, porém pouco divulgado e conhecido na nossa região (...). A percepção que temos é que (...) ainda desconhecemos por completo este documento e a comunidade escolar também desconhece...), pode-se inferir que, no âmbito pesquisado, o PSE, no que diz respeito à Educação Física, não chegou, e mesmo havendo um paradoxal diálogo de consonância e convergência das suas ações com o que preconiza o Currículo do Município, o PPP das Escolas, e a própria dedicação dos Diretores e Professores de Educação Física, mesmo não havendo uma comunicação direta entre o PSE e todas as outras partes envolvidas, isto não é o bastante para o sucesso do Programa como relevante política pública do nosso País.

Considerações finais

Com base em toda a análise empreendida, pode-se considerar como um inusitado paradoxo o fato de termos constatado que, de um lado, o Município de São Paulo/SP tenha aderido ao Programa em 2013, mas, também, constatar que, até 2019.1, os professores e gestores nunca receberam (in)formação claras, consistentes e objetivas, sobre o Programa, e que o PSE não foi executado no recorte estudado na parte que se refere à Educação Física, objeto precípuo da nossa pesquisa.

Ao tomarem conhecimento da existência do PSE, quase todos os entrevistados concordaram que ele é muito importante, sobretudo porque perceberam que ele acaba por ser trabalhado pelos Currículos, PPP e BNCC, tornando-o, talvez, e até por ser exógeno à Escola, excedente e desnecessário (um ilustre desconhecido conhecido), justamente por já ter suas diretrizes contempladas pelas vias oficiais.

É plausível, pois, asseverar que, ao se constatar, por um lado, que as siglas PSE e PNPS são novidade para os respectivos agentes envolvidos (o que não deveria ser), mas, que, de outro, suas ações são empreendidas, trabalhadas e executadas, por outra via,

tal conhecimento produzido se prova relevante e essencial a sua consideração na formulação (e/ou no próprio ajuste e correção de rotas) de políticas públicas, sobretudo na intenção de que todas as partes sejam previamente ouvidas, até porque cada vez mais a Educação Física se consolida como um vetor de excelência na interface saúde-educação.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo** (Título original: *L'Analyse de Contenu, Presses Universitaires de France, 1977*). Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Capa de Alceu Saldanha Coutinho. Lisboa/PT: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério da Educação - PSE. **Orientações Gerais sobre as ações de Promoção de Práticas Corporais, da atividade física e do lazer no Programa Saúde na Escola**. 2019. Brasília/DF: Ministério da Saúde e da Educação, 2019. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pse/orientacao_geral_praticas_corporais_final.pdf. Acesso em: 12 de julho de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde - MS. Portaria nº 687, de 30 de março de 2006. Aprova a Política de Promoção da Saúde. 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, nº 63, p. 138, 31 de março de 2006, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde - MS. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde. 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, nº 220, p. 68, 13 nov, 2014b, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde - MS. Portaria nº 2.608, de 31 de outubro de 2013. Define Municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola de 2013 e os habilita ao recebimento de 20% (vinte por cento) do teto de recursos financeiros pactuados em Termo

de Compromisso e dá outras providências. 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Nº 213, p. 51, sexta-feira, 1 de novembro de 2013, Seção 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/11/2013&jornal=1&pagina=51&totalArquivos=120>. Acesso em: 09 de julho de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde - MS. Portaria nº 2.706, de 18 de outubro de 2017. Lista os Municípios que finalizaram a adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2017/2018 e os habilita ao recebimento do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e repassa recursos financeiros para Municípios prioritários para ações de prevenção da obesidade infantil com escolares. 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, nº 202, p. 110-116, sexta-feira, 20 de outubro de 2017, Seção 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/10/2017&jornal=1&pagina=110&totalArquivos=360>. Acesso em: 08 de julho de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde - MS/GM. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, nº 190, p. 61, 03 out 2017 - Seção 1 - Suplemento.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Executivo; Ministério da Educação - MEC; Ministério da Saúde - MS. 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, D.O.U de 06/12/2007, p. 2.

CARVALHO, N. A. **Abordagem pedagógica de temáticas da saúde nas aulas de educação física escolar**. 2012. Dissertação (Mestrado - Programa Associado de Pós-graduação em Educação Física da UPE/UFPB. Área de Concentração: Cultura, Educação e Movimento Humano) - Orientador: Prof. Dr. Marcilio Barbosa Mendonça de Souza Júnior - Universidade Federal de Pernambuco (UPE)/Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Recife/PE, 2012.

CAVALCANTI, O. M. S. B.; PAIVA NETO, F. T.; RECH, C. R. Programa saúde na Escola, promoção da saúde e contribuições da educação física: uma revisão integrativa. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/rpp.v24.67810. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/67810>. Acesso em: 04 ago. 2021.

CHRISTMANN, M.; PAVÃO, S. M. O. A saúde do escolar cuidada por práticas governamentais: reflexos para a aprendizagem. **Rev. educ. PUC-Camp.**, Campinas/SP, v.20, n. 3: p. 265-277, set./dez., 2015.

FIGUEIREDO, T. A. M.; MACHADO, V. L. T. ABREU, M. M. S. A saúde na escola: um breve resgate histórico. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 2: p. 397-402, 2010.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. 5. ed. Lisboa/PT: Dinalivro, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 2005.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro/RJ, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINAYO, M. C. S. Cientificidade, generalização e divulgação de estudos qualitativos. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro/RJ, v. 22, n. 1, p. 16. 17, 2017.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo/SP: Hucitec, 2015.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. G.. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

NEIRA, M. G. Desvelando Frankensteins: interpretações dos currículos de Licenciatura em Educação Física. **Revista Internacional de Formação de Professores (RIPF)**. V. 2, n. 2: p. 189-211, 2017.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação - SME/SP. **Diretorias - DRE - Diretoria Campo Limpo**. 2018. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/organograma/>. Acesso em: 30 de outubro de 2018.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo/SP SME/SP - COCEU - Coordenadoria do CEU (Centro de Educação Unificado), da Educação Integral, e da DIGP - Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais – Saúde Escolar. **Questionário respondido pela Coordenadoria**. 2019.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação/SP - SME/DRE Campo Limpo - Escolas Municipais. **Questionário respondido pelos Diretores, Coordenadores e Professores**. 2019.

SILVA, A. C. F. **Programa Saúde na Escola: Análise da gestão local, ações de alimentação e nutrição e estado nutricional dos escolares brasileiros**. 2014. **Tese** (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública - Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Constante Jaime - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, 2014.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.